// BOLETIM ANARCO-SINDICALISTA

"Nós transportamos nos nossos corações um mundo novo"- Durruti

Associação Internacional d@s Trabalhador@s – Secção Portuguesa

Faixa da AIT-SP no Primeiro de Maio de 2008, em Lisboa

Face à exploração laboral, não cruzes os braços!

Mais uma vez, o Primeiro de Maio foi marcado pelas secções da AIT em vários pontos do mundo. Esta data é significativa para @s anarquistas e anarco-sindicalistas, não por ser uma "festa" do trabalho ou do trabalhador, mas porque nela se presta homenagem aos trabalhadores anarquistas revolucionários executados nos E.U.A. em 1886 – os conhecidos «Mártires de Chicago», que lutavam, entre outras reivindicações, pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas –, e se continua a elevar bem alto as aspirações de igualdade social, liberdade e dignidade das pessoas que subsistem do trabalho assalariado, assim como de tod@s @s explorad@s, oprimid@s e vítimas da essencial injustiça que subsiste na actual organização económica e social. Se bem que a luta libertária e revolucionária não se faça de jornadas de só um dia, a verdade é que o Primeiro de Maio não pode ser reduzido a uma qualquer festividade, como o quiseram fazer os socialistas reformistas, no fim do século XIX, os regimes totalitários, nos anos mais negros da história europeia, ou, nos dias de hoje, os "democratas" de vários matizes. Comemorar o trabalho, nas condições de exploração e submissão em que ele é exercido actualmente, não passa de comemorar a nossa própria escravidão, as correntes que nos subjugam ao patronato e ao Estado.

Nos tempos que correm, lembremo-nos das reivindicações de 1886 e pensemos em como, mais de 120 anos depois, continuamos a não ter direito a muitas delas e como outras, conquistadas com lutas aguerridas, nos são arrancadas diariamente e sem que oponhamos grande resistência. Por todo o lado, o capitalismo cavalga triunfante sobre as nossas vidas, esmagando as nossas aspirações e dignidade. O Estado demite-se das funções sociais que foi obrigado a assumir para assegurar a paz social, entregando-as a grandes potentados económicos, que com esses negócios criam enormes lucros distribuídos por uma elite florescente. A saúde, a habitação, a educação, os transportes públicos, e coisas tão básicas como a água ou a energia encarecem e tornam-se progressivamente inacessíveis para quem não tem o dinheiro suficiente para as pagar.

Está mais que provado – basta estudar um pouco a história do movimento operário e de todas as lutas em que as pessoas se ergueram, crescendo em sentimento de dignidade, autonomia e união, por melhorar as suas vidas, contra os que querem manter a desigualdade (social, económica, de género, de "nacionalidade", etc.), a discriminação, o medo do outro – que só criando laços de união entre pessoas da mesma condição social e fazendo sentir a nossa força, podemos impor qualquer tipo de melhorias.

Uma vida melhor e mais livre não se pedincha, conquista-se!

(Crónica do Primeiro de Maio anarco-sindicalista na página 8)

Os Causadores da Fome*

Nestas últimas semanas *[este artigo foi escrito no passado mês de Abril – N.T.]*, os motins motivados pela fome espalharam-se como um rastilho de pólvora por um grande número de países. Estes acontecimentos, pela sua gravidade, são reveladores do estado de crise no qual se encontra imersa, hoje, a população mundial. Uma crise que, na verdade, não é consequência do acaso! A alta infernal dos preços dos produtos alimentares, que condena à fome por todo o mundo milhões e milhões de seres humanos, tem certamente várias causas. Mas a principal, a de efeitos maciços, a mais directa, é a especulação.

(continua na página 2)

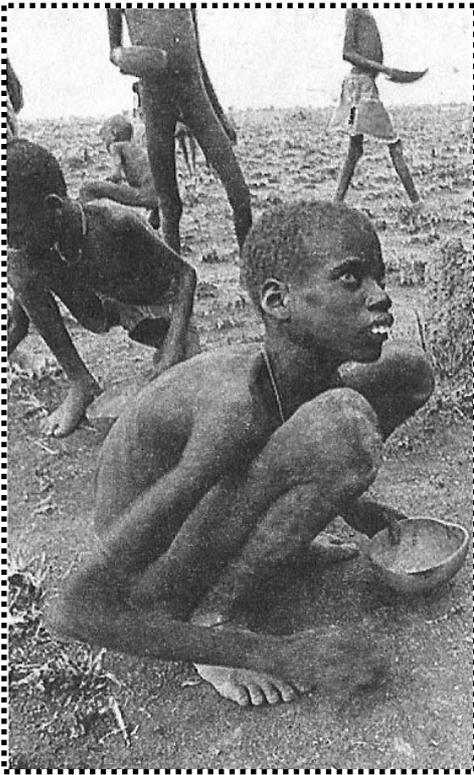
A "Directiva da Vergonha"

No passado dia 18 de Junho, o Parlamento Europeu votou favoravelmente a "Directiva de Retorno", uma norma claramente xenófoba que estabelece regras comuns para a expulsão de "nacionais de países estrangeiros em situação de residência irregular". Esta Directiva abre caminho a uma criminalização institucionalizada dos estrangeiros na Europa e consolida e generaliza a política de internamento dos imigrantes em centros de detenção (são já 280 na UE).

A Directiva prevê a detenção de imigrantes em situação irregular por um período que pode chegar aos 18 meses, simplesmente pelo delito que quererem viver e/ou trabalhar na Europa, assim como o seu retorno forçado, com a proibição de regresso ao território europeu durante 5 anos. A directiva prevê ainda a possibilidade de deter e expulsar menores não acompanhados e de fazer retornar imigrantes a países de trânsito, que não o seu país de origem.

É impossível tolerarmos este tipo de políticas xenófobas por parte dos Estados europeus, que tratam os imigrantes como delinquentes e mão-de-obra descartável. Ainda mais num país como Portugal, onde tantas pessoas ainda continuam a ter que emigrar, a solidariedade para com os trabalhadores estrangeiros que tentam ganhar a vida no nosso país deve ser uma atitude básica.

Os Causadores da Fome*

(continuação da primeira página)

Crianças, esfomeadas, à procura de grãos de arroz

Os açambarcadores, primeira causa da crise alimentar mundial

Devido à crise desencadeada pela especulação desenfreada que atingiu os mercados de crédito de alto risco em geral, sobretudo no sector do crédito hipotecário à compra de habitação, os especuladores, verdadeiros açambarcadores dos tempos modernos, afastaram-se desses mercados financeiros para se lançarem, como a miséria sobre o pobre, para um outro mercado: o das matérias-primas alimentares. O resultado não se fez esperar: para os especuladores, lucros gigantescos; para as populações do terceiro mundo, a reaparição em força da fome e da miséria extrema, e para as populações dos países ditos desenvolvidos (e que se encontram, de facto, em plena regressão social), o aperto do cinto em mais alguns furos. Esta semana, soube-se que o arroz já se encontra racionado nos Estados Unidos e em Israel. Depois do racionamento motivado pela falta de dinheiro, o racionamento propriamente dito, do género do dos anos de guerra.

Uma outra razão tem de ser levada em conta na mesma direcção que a da especulação: o desenvolvimento, em países onde até agora era incipiente, de uma classe burguesa tão ávida de consumir como a nossa própria burguesia, e que por isso se apropria de uma boa parte dos recursos alimentares apenas para ela própria. Outras "explicações" têm sido avançadas periodicamente pelos média. A primeira assenta sobre as variações climáticas: secas aqui, inundações acolá, afectaram as colheitas. A outra grande explicação diz respeito aos bio-carburantes. O seu fabrico requer, com efeito, uma enorme quantidade de plantas, cujas superfícies de exploração deixaram de estar disponíveis para as culturas de produtos alimentícios. Estas duas razões são na verdade reais, mas os média esquecem-se em geral de referir a sua causa. Pois nem o aquecimento climático nem a escolha de áreas para a produção dos bio-carburantes (tal como, igualmente, o desperdício generalizado dos carburantes tradicionais) se devem ao acaso, mas são, sim, do mesmo modo que a fome, uma consequência directa da existência do capitalismo e do Estado.

Durante a fome, a mundialização continua

Sendo a situação bastante explosiva, os hipócritas que nos governam fazem de conta que descobrem que as suas políticas económicas conduzem à fome. Através das instituições internacionais eles lançam, embora sem firmeza, o alarme: é preciso dinheiro para salvar os pobres. Sente-se que preparam um grande apelo ao nosso bolso e ao nosso coração, uma grande operação mediática de recolha de fundos que supostamente se destinarão aos esfomeados.

Entretanto, prosseguem a toque de caixa com a mundialização da economia e com a concentração dos meios de produção num pequeno número de mãos, isto é, trabalham activamente para o desaparecimento dos pequenos produtores locais de culturas de produtos alimentares, preparando assim as próximas investidas da fome. A crise que actualmente vivemos não irá parar por si própria!

Os altermundistas propõem-nos as suas soluções: um novo tipo de organização do comércio mundial, um comércio mais justo, mais respeitador do ambiente. Ora isto é esquecer quem hoje em dia lucra com o comércio existente. É esquecer que as grandes multinacionais, tal como os hierarcas dos Estados (de países desenvolvidos ou não), acumularam vastas fortunas à custa dos pobres, e isso precisamente graças à sua "lei do mercado". Uma pseudo-lei da qual não esperam ter de renunciar aos seus benefícios! Quem acredita que os poderosos vão abdicar sem mais nem menos dos seus privilégios, se a isso não forem obrigados? Nunca antes o fizeram, nem agora o farão. Para além disso, a sua reacção face aos motins da fome é clara: bem podem lançar um alerta humanitário nos países ocidentais, para evitarem que as suas populações venham a ter alguns problemas de consciência, que não é por essa razão que hesitam em disparar sobre as multidões a fim de as submeter.

Para nós, é evidente que o conflito deixou de ser entre o "cá" e o "lá", entre o ocidente e o terceiro mundo, tal como não é entre a esquerda e a direita. É entre os de baixo e os de cima. Entre a classe daqueles que são oprimidos e a classe dos que oprimem. Não é de dirigentes que é preciso mudar, nem de leis, mas sim de sistema, na sua totalidade. É uma revolução, à escala planetária, aquilo que é necessário pôr em marcha. E para esse objectivo, cada um de nós, pela sua acção quotidiana, pode contribuir.

Michel

*** Tradução livre do artigo *Les affameurs*, saído no nº 106 de *Anarchosyndicalisme!* (publicação da CNT-F, a secção francesa da A.I.T.), de Maio/Junho de 2008. O *Anarchosyndicalisme!* veio substituir a anterior publicação da CNT-F, *Le Combat Syndicaliste*, a partir do nº 101. (artigo traduzido por Paulo Ferreira).**

Motins da fome no Haiti – o exército disparou sobre a população em revolta: 6 mortos e centenas de feridos

Os motins da fome alastraram já a dezenas de países da América Latina, África e Ásia (México, Marrocos, Mauritânia, Guiné, Camarões, Senegal, Burkina Faso, Egipto, Costa do Marfim, Madagáscar, Moçambique, Etiópia, Haiti, Uzbequistão, Indonésia, Iémen, Bangladesh, Paquistão...) e foram brutalmente reprimidos pelas forças repressivas estatais (por exemplo em Moçambique, a repressão policial originou igualmente 6 mortos e cerca de 100 feridos), contando-se os mortos em várias dezenas e em largas centenas os feridos. Em muitos países, o Exército montou guarda aos depósitos de alimentos para impedir, a tiro quando "necessário", que as populações esfomeadas os assaltassem, quando se estima haver em todo o mundo pelo menos 845 milhões de pessoas atingidas pela fome...

Entretanto, segundo revela a organização internacional sem fins lucrativos GRAIN no seu relatório intitulado *Matar à fome*, de 26/04/2008, os lucros não param de crescer para gigantes agrícolas como a Cargil (86%), a Bunge (77%) ou a Archer Daniels (67%), esta última auto-intitulada "o supermercado do mundo". A GRAIN sublinha o papel da especulação na crise actual, revelando que "A quantidade de dinheiro aplicado na especulação sobre valores futuros (...) era inferior a cinco mil milhões de dólares no ano 2000. No ano passado, inchou para aproximadamente 175 mil milhões de dólares".

Os salários deles

(Salários dos administradores das 20 maiores empresas cotadas na Bolsa de Lisboa)

Neste quadro, divulgado pelo *Correio da Manhã* na sua edição de 7/5/2008, citando dados recolhidos pelo *Jornal de Negócios*, são bem patentes os fabulosos salários que se **auto-atribuem** os senhores administradores das 20 empresas que constituem o índice da bolsa de Lisboa, o chamado PSI20. E, claro, trata-se "apenas" dos salários, não estão incluídas toda a espécie de suplementos e mordomias de que também vão auferindo ao longo do ano... e hão-de vir a receber como "reforma" ou "indemnização" em caso de haver "despedimentos", isto é, desentendimentos internos, como sucedeu recentemente com o BCP. Relembremos que no caso do BCP – o único caso em que a guerra surda que sempre se trava entre os grandes accionistas das grandes empresas se transformou em guerra aberta e saltou involuntariamente para as primeiras páginas dos jornais – o senhor Paulo Teixeira Pinto, **o tal que "perdeu"** essa guerra, saiu da administração do grupo BCP, neste caso certamente por mútuo acordo, com a módica indemnização de **10 milhões de euros "à cabeça"** e uma **pensão anual vitalícia de 500 mil euros**.

Voltando a estes 20 indomáveis administradores, neste quadro na coluna da direita, designada por "Trabalhador", vem assinalado o salário anual "médio" recebido pelos seus trabalhadores, sabendo nós muito bem o que significam, numa qualquer empresa, os ditos salários médios. De facto, tomando como exemplo o senhor **António Mexia**, administrador da **EDP** (a tal empresa que agora quer que sejam os clientes que pagam as contas de electricidade a pagarem também as contas em dívida que a EDP classificou ou vier a classificar de "incobráveis"*), que recebe por ano **um milhão de euros**, o seu **"empregado médio" recebe qualquer coisa como 44.340 euros por ano**. Ora, se tomarmos como termo de comparação um trabalhador que receba **500 euros/mês** e que tenha a sorte de auferir 13º e 14º mês e de ter um emprego estável, ao fim do ano ficar-se-á pelos **7.000 euros**, o que significa que para chegar ao tal rendimento **anual** do tal **trabalhador médio** ao serviço da EDP e do senhor Mexia, teria que trabalhar... **6 anos e alguns meses**!

Porém, ficamos com uma ideia sobre a incrível dimensão dos ordenados destes senhores administradores se fizermos o mesmo cálculo comparativo com o próprio senhor Mexia, que recebe um milhão de euros por ano. Neste caso, o trabalhador dos 500 euros/mês teria que trabalhar... **nada menos que 142 anos e uns mesitos**!

*** Também no caso do BCP, como as comadres se zangaram e vieram lavar a roupa suja em público, se veio a saber que os senhores administradores tinham classificado umas tantas dívidas como incobráveis, nomeadamente uma dívida dum filho do senhor administrador Jardim Gonçalves. Perante a publicidade dada ao caso, este apressou-se a reembolsar imediatamente o banco duns míseros 15 milhões de euros que o filho, coitado, não estaria em condições de pagar. Evidentemente, o mesmo critério não era aplicado a quem, por exemplo, se visse em dificuldades para pagar um empréstimo para compra de habitação própria.**

SALÁRIO RECEBIDO EM 2007

Empresa	Administrador	Trabalhador
Sonae SGPS – Paulo de Azevedo	2,7 milhões	16,455 mil
Portugal Telecom – Henrique Granadeiro	2,2 milhões	22,281 mil
BCP – Filipe Pinhal	1,7 milhões	47,637 mil
EDP – António Mexia	1,0 milhões	44,340 mil
BPI – Fernando Ulrich	914 mil	42,550 mil
Cimpor – Ricardo Bayão Horta	901 mil	29,764 mil
BES – Ricardo Esp. S. Salgado	789 mil	52,958 mil
Portucel – José Honório	711 mil	58,321 mil
BRISA – Vasco de Mello	670 mil	29,879 mil
Jerónimo Martins – Luís Palha da Silva	611 mil	10,562 mil
Galp Energia – Manuel F. de Oliveira	579 mil	48,501 mil
Soares da Costa – Pedro Gonçalves	530 mil	33,238 mil
Semapa – Pedro Queiroz Pereira	465 mil	38,154 mil
Sonaecom – Ângelo Paupério	406 mil	48,292 mil
Altri – Paulo Fernandes	400 mil	38,056 mil
Mota-Engil – António Mota	394 mil	17,144 mil
ZON – Rodrigo Costa	390 mil	33,238 mil
Sonae Indústria – Carlos B. de Aguiar	359 mil	40,939 mil
Teixeira Duarte – Pedro Teixeira Duarte	258 mil	17,192 mil
REN – José Penedos	254 mil	53,117 mil

Vila do Conde: Trabalhadores da Fabopol despedidos por protestarem contra salários em atraso

É mais um caso que exemplifica como as administrações de muitas empresas agem impunemente contra os mais básicos direitos e dignidade dos trabalhadores. Dez a doze trabalhadores da Fabopol – Fábrica Portuense de Borracha receberam cartas de despedimento na sequência de processos disciplinares. Estes processos foram instaurados porque os trabalhadores se haviam concentrado em frente à casa do administrador Manuel Pinto de Sousa, no Porto, para exigir o pagamento dos salários em atraso (fonte: *Público*, 24/05/2008).

As empresas não querem empregados, querem escravos!

SECLA fecha no fim de Junho e deixa 250 trabalhadores sem emprego

Segundo o Sindicato dos Cerâmicos, a Secla, fábrica de cerâmica das Caldas da Rainha que já foi um dos maiores produtores mundiais de louça decorativa, informou os seus 250 trabalhadores que irá encerrar no dia 30 de Junho, por falta de encomendas. A empresa está já a rescindir contratos com os trabalhadores que optaram por essa proposta da administração e, de acordo com Jorge Cascão, coordenador do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Indústrias de Cerâmica, Cimento, Construções e Similares, a empresa "não tem salários em atraso, mas só tem disponibilidade para pagar até 50 por cento das indemnizações a que os trabalhadores têm direito", o que seria apenas meio salário por cada ano de serviço. (Agência Financeira de 12/06/2008).

O administrador da Secla é também o proprietário da Cerâmica de Valadares, produção de sanitários que não possui problemas financeiros e que, segundo ele, tem vindo a aguentar a Secla há vários anos, situação que já não é possível.

Cabe agora aos trabalhadores não desistirem das suas reivindicações, assumindo as formas de luta necessárias para que recebam as indemnizações por inteiro, no caso de não se evitar o fecho da fábrica. A vigília às instalações fabris 24 horas por dia, poderá ser uma boa forma de garantir que o património da empresa não desaparece...

Rohde: 196 trabalhadores despedidos... Com o beneplácito do sindicato!

No início de Julho, a ROHDE, fábrica de calçado sediada em Santa Maria da Feira, anunciou o despedimento de 196 dos cerca de 1200 trabalhadores da filial portuguesa daquela multinacional alemã.

As justificações são as do costume: racionalização dos serviços, redução dos custos, pagamento de dívidas acumuladas...

Porém, neste caso, a administração da ROHDE contou com a **colaboração descarada do Sindicato do Calçado de Aveiro e Coimbra**, cuja coordenadora, Fernanda Moreira, afirmou mesmo que a “solução” encontrada, o despedimento de cerca de 200 trabalhadores, era preferível ao encerramento da empresa – na realidade, um falso dilema, com que escamoteou a outra “alternativa”, a da luta pela salvaguarda dos postos e condições de trabalho.

Estes factos vêm novamente mostrar que aos sindicatos oficiais interessa, antes de tudo o mais, defender a sua própria existência e preservar ou alargar as suas prerrogativas enquanto estruturas burocratizadas (com o seu cortejo de empregados, burocratas profissionais e sindicalistas gozando de regalias várias face ao comum dos trabalhadores), não surpreendendo, portanto, que se esforcem, sobretudo, por ser aceites como “parceiros” de pleno direito na gestão do capitalismo, isto é, da exploração do trabalho assalariado.

No caso da ROHDE, a “solução” encontrada foi previamente cozinhada entre a administração da empresa, o sindicato e o IAPMEI, ou seja, o sindicato não só aceitou o despedimento de parte dos trabalhadores, como deu o seu acordo a uma medida que nem sequer garante o não encerramento da empresa, pois a decisão final está nas mãos da ROHDE alemã, à qual já se ofereceu, de mão beijada, o mais difícil de obter: a aceitação da “necessidade” de despedimento de trabalhadores.

E, como se costuma dizer, grão a grão... enche a galinha o papo!, e a ROHDE agradece.

- -

Para defendermos eficazmente as nossas condições de vida e de emprego, não nos resta outro caminho que não seja a nossa auto-organização nos nossos locais de trabalho, decidindo sempre por nós próprios, em assembleia, as formas de luta a adoptar, sem delegarmos nunca em pretensos representantes a capacidade de decidirem sobre o nosso destino, mas nomeando, quando necessário, delegados mandatados e revogáveis a qualquer momento. Por outro lado, não devemos alimentar ilusões quanto à possibilidade de reformar o capitalismo, o que devemos é, isso sim, encarar de frente a necessidade absoluta de vir a suprimi-lo, substituindo-o por um meio social assente na liberdade, na igualdade social, na solidariedade e na ajuda-mútua, de modo a assegurar uma existência digna e definitivamente livre da exploração do homem pelo homem.

Marinha Grande: Vitroiberica encerra quatro meses após início

A empresa Vitroiberica, que sucedeu à antiga cristaleira Marividros e se situa na Marinha Grande, vai encerrar quatro meses após ter iniciado a sua actividade, colocando 42 trabalhadores no desemprego. A maior parte dos operários transitou da Marividros e está agora estupefacta com o encerramento de uma fábrica que começou a funcionar com boas perspectivas e que recebe imensas encomendas, não vendo justificação para o seu fecho. Alguns trabalhadores e dirigentes do Sindicato Vidreiro iriam deslocar-se ao Governo Civil de Leiria para expor a situação ao governador e, entretanto, preparava-se já o término da Vitroiberica, tendo sido cortado o fornecimento de gás e electricidade.

São cada vez mais os empresários que fecham as portas das fábricas pouco tempo depois de estas começarem a laborar, descapitalizando-as e fazendo desaparecer o seu património para não pagarem aos trabalhadores, reabrindo posteriormente com novos empregados a quem pagarão menos ou sob novos nomes, lucrando assim com a “pseudo falência” das empresas.

Cepsa despede 48 trabalhadores após fusão com a Total

A petrolífera Cepsa vai despedir 48 trabalhadores em Portugal, apesar da administração da empresa ter afirmado em Abril que não haveria despedimentos depois da fusão com a Total Portugal em Junho. "As 302 estações de serviço vão ter a marca Cepsa/Total e são para manter, com todos os postos de trabalho e pessoas" (In: Jornal de Notícias de 02/07/2008), foi o que declarou o administrador-delegado da Cepsa em Portugal na altura.

A justificação apresentada para o despedimento foi a necessidade de se reajustar o número de trabalhadores, de modo a combater os actuais “constrangimentos de mercado”, razão esta que é agora utilizada por todas as empresas para legitimarem as suas políticas. Este despedimento é mais um exemplo de como as fusões de empresas e as suas consequentes reestruturações servem de pretexto para o despedimento de trabalhadores e para o aumento da precariedade laboral.

Debate: Anarco-sindicalismo, lutas sociais e possibilidades de resistência no campo laboral

A AIT-SP realizou no dia 10 de Maio, no Centro de Cultura Libertária em Almada, um debate sobre o tema “Anarco-sindicalismo, lutas sociais e possibilidades de resistência no campo laboral”. O debate começou com uma breve apresentação dos princípios e métodos básicos do anarco-sindicalismo (auto-organização, acção directa, federalismo, luta social sem possibilidade de conciliação de classes ou de concertação social), formas de organização (de base, assembleária, sem existência de sindicalistas profissionais ou remunerados) e objectivos (solidariedade efectiva entre trabalhadores, conquista de melhorias significativas e qualitativas para as nossas vidas e projecto de nova organização económica e social, baseada nos princípios do comunismo libertário). Apresentou-se também a Secção Portuguesa da AIT que, apesar de ter a ambição de vir a constituir uma federação mais vasta de núcleos e sindicatos, é actualmente um grupo de propaganda e solidariedade com dois núcleos, um no Porto e um em Lisboa, cujas actividades se prendem sobretudo com a edição de materiais de propaganda e com a solidariedade com outras secções da AIT.

O debate prosseguiu com interessantes questões sobre como intervir socialmente, como poder realmente fazer sentir a nossa força ao apoiar outros trabalhadores em dificuldades, sem possuir o arsenal de meios que os sindicatos existentes possuem. Quando mesmo estes sindicatos, dóceis e integrados, têm muitas vezes de agir em condições de clandestinidade, devido ao ambiente de ausência de liberdade sindical que vigora nas empresas, como poderá um pequeno grupo, com poucos meios, fazê-lo?

Estes problemas são reais e um grande obstáculo, mas não nos devem fazer desistir. As actividades de propaganda são essenciais, até para familiarizar mais pessoas com as nossas ideias e trazê-las para o nosso seio, mas também é essencial a acção. Certamente não haverá meios para intervir em todas as situações, mas o anarco-sindicalismo só se cria praticando-o e uma maior força só pode crescer a partir desta prática. A AIT-SP, mesmo sem ser uma organização grande, tem possibilidades de aumentar mais a sua acção e torná-la visível aos olhos de mais pessoas. A situação actual exige, sem dúvida, acção, e o descontentamento com os sindicatos existentes pode tornar claro aos olhos de muitos a justeza das nossas propostas.

Outra questão levantada foi a da necessidade de legalização de organizações anarco-sindicalistas, para o seu desenvolvimento. Para além de ser impossível legalizar em Portugal organizações sindicais com as características da nossa, devido às leis vigentes, os membros da AIT-SP crêem que a legalização não traz benefícios por si só, e que só a certeza de vantagens significativas a justificaria.

Pretende-se que este debate, que levou mais pessoas a conhecer as nossas ideias possibilitando o enriquecimento das mesmas pelas questões colocadas, seja o primeiro de uma série de sessões do mesmo género que pretendemos realizar em mais pontos do país. Este tipo de iniciativas ajudam a reforçar as nossas ideias e a conhecer mais pessoas que sentem afinidade com o que defendemos, mas que desconhecem a existência em Portugal de uma organização anarco-sindicalista.

Solidariedade com @s trabalhador@s imigrantes e activistas sociais

Porto: um processo do S.E.F. a activistas sociais por "difamação"...

Fez no passado mês de Junho dois anos que as associações TERRA VIVA! AES, ESSALAM (associação de magrebinos), AACILUS (afro-brasileira) e MUSAS decidiram convocar uma Conferência de Imprensa e, mais tarde, uma "Manifestação de Luto Imigrante" no Porto (na qual participaram outras associações e colectivos sociais) contra o tratamento discriminatório no SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) do Porto que, conforme denunciado pela comunidade paquistanesa local (entre outras), estaria na origem do suicídio do operário de construção civil, precário, imigrante paquistanês, Hamid Hussain.

Este processo vai agora a julgamento em Dezembro de 2008 nas pessoas de quatro activistas associativos representantes das quatro associações (respectivamente Paiva, Rachid, Flávio e Abílio M.)

Com efeito, Hamid Hussain, casado e pai de 2 filhos e a residir legalmente havia 5 anos em Portugal, trabalhador precário como milhares de outros, portugueses e imigrantes, tinha sido confrontado no SEF do Porto com a exigência de provar, para poder renovar a sua autorização de residência, ter um rendimento anual de mais de 5400 €... Alegando justamente que muitos trabalhadores portugueses não aufeririam anualmente essa quantia, Hussain exigira então que o Estado português lhe devolvesse os seus descontos para a Segurança Social de forma a poder regressar ao seu país. Ridicularizado, enxovalhado e mal tratado – o que não era nem será, ainda hoje, caso único no SEF do Porto! -, ameaçado de expulsão, conforme contara a amigos seus, Hussain entrou em depressão e acabaria por se suicidar saltando da ponte D. Luís.

Apesar de ter nas suas roupas a sua documentação pessoal (passaporte e número de contribuinte), os seus amigos e familiares só uma semana depois saberiam do sucedido por terem procurado o seu corpo na Instituto de Medicina Legal do Porto, onde já se preparava a sua incineração sem qualquer informação ao consulado ou aos seus familiares e amigos.

A TERRA VIVA! AES, na altura em parceria activa com várias associações dos meios imigrantes do Porto, através do seu projecto "Fazer Caminhos" do âmbito do Programa ESCOLHAS (patrocinado pelo então ACIME – agora ACIDI), seria por causa desta denúncia pública chamada primeiro "à capa" pela delegação do ACIME do Porto – justificando então a sua acção pelo facto de ter responsabilidades sociais na defesa dos trabalhadores imigrantes e no desenvolvimento da inserção do seu projecto nesses meios – até porque tinha em preparação um outro projecto para o triénio 2006-2009 em parceria com seis associações imigrantes da área do Grande Porto (projecto esse que entretanto acabou por não ser apoiado pelo "Escolhas/ACIME"...). A seguir, em Dezembro de 2006, os quatro activistas da Terra Viva!, ESSALAM, AACILUS e Musas, receberiam a acusação de "difamação agravada" do "bom nome" do SEF em processo movido por aquela autoridade policial.

Entretanto também, poucos meses após estes factos, o responsável local do SEF, Eduardo Margarido – cuja demissão fora exigida tanto na manifestação como em abaixo-assinado a circular na altura –, acabaria por ser afastado da chefia da delegação daquela polícia no seguimento de diversas queixas de imigrantes e associações.

Como muitos dos motivos que levaram estes e outros activistas a agir continuam a existir, apela-se a todos @s activistas sociais e libertári@s, associações imigrantes e de solidariedade imigrante que se solidarizem e façam ouvir a sua voz!

VIVA A SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL DE TRABALHADORAS/ES E "EXCLUÍD@S"!
NÃO AO RACISMO, NÃO À EXPLORAÇÃO, NÃO À EUROPA FORTALEZA!
LEMBREMOS HAMED HUSSAIN!

Porto, 29 /06/2008

(em breve, em data e local a marcar, será organizada uma reunião de solidariedade e informação)

Não à repressão das actividades sindicais na Lionbridge

Em Dezembro de 2007, trabalhadores da subsidiária polaca da Lionbridge – uma empresa multinacional de traduções – criaram um sindicato baseado em princípios não-hierárquicos.

A 12 de Fevereiro de 2008, Jakub, membro da União de Sindicalistas Polacos (ZSP), organização anarco-sindicalista com quem a AIT mantém contactos, foi despedido da Lionbridge, por participar na organização do sindicato nesta empresa e por desempenhar a função de delegado sindical.

A demissão deu-se logo após ter sido anunciado à gestão da empresa que um sindicato havia sido formado, apesar de Jakub estar protegido pela lei polaca enquanto "delegado sindical eleito". Jakub foi avisado por membros da administração de que a existência de um sindicato tornaria a empresa "menos competitiva". O pretexto utilizado para o despedimento foi o de "prejuízos causados à imagem da empresa" com um artigo publicado na Internet, que nem sequer foi escrito por Jakub e que se baseava exclusivamente em informação disponível na Internet.

Este tipo de repressão sobre tentativas de organização sindical é comum na Polónia e, com frequência, activistas sindicais são despedidos logo após a formação de um sindicato.

Jakub apresentou uma queixa no Tribunal do Trabalho polaco e a primeira audiência terá lugar no dia 4 de Julho. Durante esta primeira semana de Julho prevê-se a realização de protestos e manifestações de solidariedade com Jakub em frente de escritórios da Lionbridge em vários pontos do mundo.

CNT-AIT e IWW declaram guerra à Starbucks

O Sindicato de Trabalhadores do Comércio e Hotelaria da CNT-AIT (secção espanhola da AIT) em Sevilha, juntamente com o Sindicato de Trabalhadores da Starbucks de Grand Rapids (no Michigan- E.U.A.) da Industrial Workers of the World (IWW, uma organização internacional de sindicatos de base) convocaram um Dia Global de Acção contra a Starbucks para dia 5 de Julho próximo.

A Starbucks, multinacional de cafetarias, é conhecida pelas más condições de trabalho e de pagamento que oferece aos seus empregados. Tem também vindo a prosseguir uma estratégia de combate à organização sindical dos seus trabalhadores.

O último caso de repressão sobre trabalhadores que se tentam organizar para fazer frente à exploração ocorreu em Sevilha, onde a companheira Mónica foi despedida por estar a organizar uma secção sindical da CNT-AIT naquela empresa.

O Sindicato de Comércio e Hotelaria da CNT-AIT em Sevilha faz o seguinte apelo:

«No nosso sindicato não vamos permitir a repressão sindical sobre a nossa companheira, e vamos lutar pela sua readmissão. A CNT declara **guerra à Starbucks**, e vamos iniciar uma **campanha internacional**, para a qual contamos com a solidariedade de toda a Associação Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras e de outros sindicatos de base como os da IWW. Pedimos a toda a CNT e a todas as secções da AIT **solidariedade**, da seguinte maneira:

1 - Envio massivo de correios electrónicos de solidariedade, para o seguinte e-mail: hschultz@starbucks.com e atencionalcliente@starbucks.com.

O texto que sugerimos é: «Monica readmisión, Stop Represion Sindical».

2- Realizar concentrações e demais acções de solidariedade em frente dos estabelecimentos da multinacional.

3- Estamos a organizar um dia de acção global contra a Starbucks, para o dia 5 de Julho de 2008, no qual protestaremos contra a política anti-sindical da corporação, que ficou clara com o despedimento da trabalhadora da CNT e com a discriminação sindical que sofrem os trabalhadores da IWW em Grand Rapids, Michigan, EUA.»

Blog da Secção Sindical da CNT-AIT na Starbucks: **http://seccionstarbuckscnt.wordpress.com/**

Pela readmissão de Federico Puy, professor despedido pela Cruz Vermelha por motivos ideológicos

A filial da Cruz Vermelha Internacional no Bairro de Saavedra, em Buenos Aires, na Argentina, despediu sem causa o docente Federico Puy, que leccionava as matérias de Educação Cívica e Língua e Literatura ao primeiro e ao terceiro anos do Bacharelato para adultos com orientação em Saúde, que ali funcionava.

A boa disposição do professor, a identificação que conseguiu com os seus alunos e os conteúdos ensinados em matéria de direitos humanos, enfureceram as autoridades do estabelecimento que despediram o docente, actuando desta forma como na época da ditadura militar, coarctando a liberdade de expressão e de escolha dos professores.

Para além de submetido à precarização laboral, Federico Puy não recebeu qualquer pré-aviso de despedimento, nunca lhe foram mostrados os pagamentos realizados e foi-lhe alterado o momento de entrada no estabelecimento, para poder fazer uso do período de experiência e despedi-lo.

Questionaram-lhe a planificação anual, aludindo a que "tinha muita carga ideológica", obrigando o docente a retirar das unidades temáticas das sua aulas de Educação Cívica conteúdos referentes aos Direitos Humanos e à história dos sangrentos Estados totalitários da história contemporânea, alegando que ***não eram temas que os alunos devessem conhecer***. Também o proibiram de falar de Sindicalismo e Peronismo nas aulas, tendo-lhe sido proposto que, em alternativa, leccionasse as Encíclicas Papais referentes ao tema. Convém sublinhar que o Ministério da Educação da Argentina promove e permite que se fale dos Estados totalitários e do sindicalismo nas aulas.

Os estudantes realizaram uma petição exigindo a reincorporação do professor despedido e pediram explicações às autoridades do estabelecimento, a resposta por parte da direcção da Cruz Vermelha (filial de Saavedra) foi o início de uma perseguição aos alunos, caindo em discriminações raciais e xenófobas.

Este é um caso de discriminação ideológica e uma pequena mostra de que na sede de Saavedra não se respeitam as bandeiras de humanidade erguidas pelos milhões de voluntários e colaboradores da Cruz Vermelha Internacional, sempre presentes, prestando a sua solidariedade, nos locais onde têm lugar as catástrofes políticas, sociais e ambientais. Além do mais, demonstra a precariedade laboral e o autoritarismo, coarctando a liberdade de expressão e a liberdade de ensino pelas quais tanto lutaram milhares de pessoas nas épocas mais duras da história da Argentina.

BASTA DE DISCRIMINAÇÃO IDEOLÓGICA!
REINCORPORAÇÃO IMEDIATA DO PROFESSOR FEDERICO PUY!

*Informação compilada a partir de diversos comunicados que nos foram enviados pela **Sociedade de Resistência de Ofícios Vários – Capital (Federada na FORA-AIT)**.*

Luta dos trabalhadores do restaurante "La Pérgola" apoiada pela FORA

A Sociedade de Resistência Ofícios Vários da Capital Federal, federada na FORA (Federación Obrera Regional Argentina), secção argentina da AIT, levou a cabo uma luta pela readmissão de oito trabalhadores despedidos do restaurante "La Pérgola", na Capital Federal, assim como pela regularização da sua situação laboral e pelo fim do assédio laboral por parte da entidade patronal.

O proprietário do restaurante, e do grupo empresarial Gourmet S.A., tentou comprar um dos trabalhadores, procurando dividi-los, mas, não o tendo conseguido, começou a recorrer a várias formas de intimidação, através de ameaças físicas e verbais. Para isto, o proprietário do restaurante contratou capangas, que utilizou também para gerar situações de conflito durante as manifestações de solidariedade e assim tentar acusar os trabalhadores e os manifestantes de distúrbios.

Devido à acção dos companheiros da FORA o restaurante esteve várias semanas praticamente sem clientes.

Acção anarco-sindicalista versus Sindicalismo democrático

No meu último texto* foi abordada em tons muito tímidos a relação da precariedade laboral actual com a acção do Estado, enquanto fenómeno que se mantém graças à acção do mesmo nas sociedades capitalistas. Neste texto, pretendemos reflectir sobre a acção de luta colectiva e individual em democracia e a luta em sede de sindicalismo democrático, em contraponto com a acção sindical anarco-sindicalista.

Há quem não lhe agrade a palavra luta no que respeita à acção individual e/ou colectiva pelos seus direitos laborais, há quem prefira, por exemplo, o termo de organização colectiva dos trabalhadores. Contudo, no texto que se segue, a sua utilização será no sentido da promoção de uma real luta de classes, baseada na acção directa individual e colectiva pela condição de ser humano, não por um qualquer capricho ideológico, mas pela absoluta necessidade de luta contra um sistema capitalista que cada vez mais se organiza para mais eficientemente praticar o seu neo-esclavagismo.

A luta de 2008 não é a luta do princípio do século XX. Esta não é nenhuma novidade, claro, é a realidade histórica em que vivemos, mas se não vivemos os mesmos tempos de luta, em que é que ela se modificou?

Em democracia promovem-se os valores dominantes da sociedade em que se vive, dominantes no que respeita no essencial ao âmbito económico, que por sua vez condiciona toda a realidade social e psicológica, formatando dessa forma o momento histórico e as nossas vidas por consequência. Os valores dominantes são os das classes mais favorecidas e que suportam o próprio capitalismo, sendo em termos comuns denominadas por classe média e alta, que conseguem impor a sua dominação em praticamente toda a organização das nossas vidas e impondo através do autoritarismo e da violência esses mesmos valores. Uma dessas mudanças é naturalmente a nível do trabalho. O trabalho é a forma de manutenção de uma sociedade e é provavelmente o único meio de organização da vida na mesma. Os preconceitos relativamente a este tema são argumentos vazios, sem qualquer ligação à realidade, mesmo que se altere a forma de denominar a palavra trabalho.

As condições de trabalho numa sociedade capitalista são as condições geradas pela organização e divisão do trabalho no interior do sistema capitalista e é essa organização que determina as formas de luta laboral. Determina a forma de organização dos trabalhadores e os limites da sua acção, quer através de diverso tipo de legislação quer através da acção conjunta com os sindicatos democráticos e os capitalistas. A acção colectiva fica então determinada por estas condições estruturais que condicionam a sua acção, sendo as mudanças submetidas ao poder do Estado e dos interesses das classes dominantes economicamente. A luta laboral em democracia deve ser feita pelos sindicatos estatais autorizados e legalizados, sendo que só assim se promove a justiça e o pacto social. Um pacto social de violência, um pacto de autoritarismo. Estes sindicatos são a face da mobilização social mediática nas sociedades modernas, como se as lutas laborais e sociais existentes um pouco por todo o mundo não existissem, ou quando se ouve falar delas é pelos motivos mais obscuros e mirabolantes. A luta sindical democrática é uma luta dominada por partidos, que, amarrados aos seus interesses particulares, fragmentam o interesse comum, promovendo uma acção colectiva desvirtuada em detrimento da acção individual cujos problemas são relegados para a rede legal, que os sindicatos são pródigos em fomentar com ajuda dos seus imensos gabinetes jurídicos.

Esta é um das diferenças fulcrais em relação ao anarco-sindicalismo e em que este se diferencia como uma parte importante na acção individual. O anarco-sindicalismo promove e defende a acção directa individual dos trabalhadores na luta pelos seus direitos, organizando-se a acção colectiva, se necessário for, para a luta contra as desigualdades que se verificam e não permite a acção de partidos no seu interior. Ou melhor, a acção individual e colectiva são duas partes que formam a acção comum do sindicato na luta. Não existe diferença entre uma greve de um trabalhador e a greve de uma fábrica inteira, pois a luta não é uma acção que deve ser fragmentada, mas em que o carácter de justiça procura ser o mais plural possível, sem discriminações de número. No que respeita à acção dos partidos, sendo o anarco-sindicalismo um sindicalismo de inspiração anarquista, a sua acção não se norteia pelo autoritarismo partidário e pela acção democrática. Quanto à acção colectiva ela é distinta no sentido em que o anarco-sindicalismo não se rege por leis na sua organização interna, fomenta a acção e organização directa dos trabalhadores e não toma decisões em sede de concertação social. São os próprios trabalhadores que organizam e pensam as acções a tomar, de forma assembleária, sem mediadores junto do patronato e do Estado.

Os sindicatos burocráticos, por seu lado, possuem comités centrais, sindicalistas profissionais, alguns com salários pagos pelos apoios que recebem do Estado e da União Europeia, que medeiam a acção dos trabalhadores junto dos patrões pelos seus representantes. Retira-se assim toda a possibilidade de intervenção directa nos problemas comuns e individuais pela representatividade junto dos media e do patronato. As diferenças de poder permitem um maior espaço de manobra por parte dos patrões e dos capitalistas que, auxiliados pelo Estado através do poder legislativo, promovem alterações constantes às leis do trabalho. Mencionam-se aqui as alterações à lei do trabalho porque é ela que rege as condições de trabalho, sendo que a luta dos anarco-sindicalistas não é pela defesa desta ou daquela lei, mas pelos direitos conquistados ao longo de uma história da qual faz parte e que enforma a ideologia anarquista. Pela boca dos políticos e tecnocratas ouve-se afirmar que as mudanças devem ocorrer quando devem ocorrer, quando houver possibilidades de mudar, quando o sistema, como que automaticamente, estiver pronto. Os sindicatos ditos comunistas e socialistas também o afirmam. E os capitalistas aplaudem. É a organização burocrática do mundo do trabalho, organizado segundo os moldes capitalistas há mais de 100 anos.

António Marques

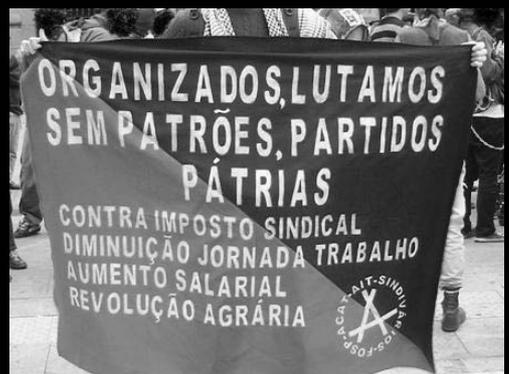
---

* «A Precariedade Laboral», artigo publicado no *Boletim Anarco-Sindicalista* nº 24.

A secção portuguesa da AIT na Internet:
http://ait-sp.blogspot.com - http://ait-sp.yoll.net

AIT-SP em Lisboa

CNT-AIT em Bilbao

CNT-AIT em Madrid

COB-AIT em São Paulo (Brasil)

ASI-AIT em Belgrado (Sérvia)

PRIMEIRO DE MAIO Anarco-Sindicalista

Em Lisboa, a Secção Portuguesa da AIT juntou-se a outros libertári@s, convocando uma concentração na Praça da Figueira ao início da tarde. Cerca de vinte pessoas permaneceram no local, exibindo duas faixas e distribuindo comunicados aos transeuntes. Mais tarde, juntámo-nos à manifestação Mayday contra a precariedade laboral, que partiu do Largo do Camões, formando um bloco no fim dessa marcha que percorreu as ruas da Baixa, até ao início da Avenida Almirante Reis.

De outras secções da AIT, chegaram-nos notícias de manifestações e comícios promovidos nesta data. Na vizinha Espanha, como habitualmente, @s noss@s companheir@s da CNT convocaram concentrações e manifestações em muitas cidades (por exemplo Compostela, León, Bilbao, Madrid, Barcelona, Guadalajara, entre muitas outras). No Brasil, os companheiros da COB viram a sua manifestação em São Paulo ser violentamente reprimida pelas forças policiais, que detiveram cerca de 50 pessoas! Na Sérvia, companheir@s da ASI ("Iniciativa Anarco-Sindicalista"), desfilaram pelas ruas de Belgrado, e foram acusados pelos sindicalistas burocratas de expulsarem com apupos o Ministro do Trabalho e o Presidente da Sérvia das comemorações do Primeiro de Maio.

Feira do Livro Anarquista em Lisboa

Realizou-se nos dias 23, 24 e 25 de Maio a Feira do Livro Anarquista, no Grupo Desportivo da Mouraria em Lisboa. A iniciativa, organizada por vários colectivos e indivíduos anarquistas, saldou-se num grande sucesso, observável na grande quantidade de bancas presentes, na afluência de muitas pessoas que normalmente não frequentam os meios libertários e na quantidade e qualidade das iniciativas paralelas (sobretudo debates, mas também performances, espectáculos musicais, projecção de filmes e jantares).

A AIT-SP esteve presente com uma banca de publicações que, à semelhança das restantes, foi bem concorrida.

Toda a correspondência para o Boletim Anarco-Sindicalista deve ser enviada para:
Apartado 50029 / 1701 - 001 Lisboa / Portugal
E-mail: aitport@yahoo.com

http://ait-sp.yoll.net

Director e Proprietário: Paulo da Mota Capitão Ferreira
Sede legal: R. Cândido dos Reis, nº 121, 1º Dto. – Cacilhas
Tiragem: 300 exemplares
Nº de registo da publicação: 121176